



Cadernos
do
Sociofilo

Quinto caderno (2014)

*Entre a sociologia e a
filosofia II*

Introdução

Marcelo de Oliveira Lopes

e

André R. P. Magnelli

É com muito gosto, e com certo atraso – típico das reflexões meditativas que, na sua cadência mais peculiar, furtam-se ao imediatismo dos prazos sempre apertados – que os *Cadernos do Sociófilo* voltam a explorar as relações que, em meio a outras tantas, lhe constituem o nome. Entendendo que o nome já é em si mesmo um *nomos*, não poderia ser de forma mais alegre que levamos adiante a empreitada de relacionar a filosofia e a sociologia; fazendo, assim, jus a um núcleo que se pretende além de sociófilo, sóciofilosófico! É com essa alegria de um pensamento que não teme à sua própria afirmação que abrimos essa edição do quinto volume dos Cadernos, o segundo a explorar as relações entre filosofia e sociologia.

Recusamos, por princípio, não somente a postura positivista (na maioria das vezes inconfessa) dos que compreendem a si mesmos, com certo regozijo, como libertos de pressupostos metafísicos e como orientados, por meio de um controle metódico, a questões atinentes tão somente à objetividade do conhecimento; recusamos, igualmente, talvez com maior veemência, o espelhamento desta atitude presente no fechamento altivo de muitos filósofos, para os quais a ciência seria uma atividade fadada à incapacidade de pensamento. À diatribe heideggeriana de que a “ciência não pensa” – que possui traços *provincianos* tão bem demarcados, aos olhos *reflexivos* do sociólogo, quanto

Cadernos do Sociofilo

sua outra afirmação de que somente seria possível filosofar em grego e alemão –, o primeiro volume de nossos Cadernos *Entre Sociologia e Filosofia* ofereceu seu desmentido.

O vaticínio heideggeriano referente ao fim da filosofia, ou melhor, da metafísica, por meio do seu esgotamento, ou realização plena, através das ciências positivas, encontrara o seu justo desmentido, porque não somente foi mostrada a operacionalidade da sociologia num ambiente que dificilmente seria redutível ao desvelamento meramente técnico, como, sobretudo, afirmamos o compromisso do fazer sociológico com a “tarefa do pensamento”.

Não se trata, portanto, agora, de pedir licença. Se no primeiro volume ainda precisávamos pedir licença para os filósofos altivos que não gostam de sujar suas mãos na empiria e nas questões de método da ciência, e também não gostam que toquemos em suas questões “puras”, hoje sentimos, graças aos nossos predecessores, uma confiança diante do avanço das nossas pesquisas de modo a não ressentir ao dizer: *Hic Rodhus, hic salta!* Após termos desmentido o vaticínio heideggeriano, bem como seu adversário irmão-siamês positivista, nos sentimos confortáveis para, agora, oferecer nossa reflexão para um público cada vez mais ampliado.

Aos olhos, ouvidos e tatos treinados pelo ofício de sociólogo, os “grandes” filósofos, conceitos e reflexões da filosofia *podem* ser bem outra coisa do que *parecem*. Dizemos àqueles que esperam por mandarins ou que herdaram irrefletidamente (e não por escolha ética) o culto à letra e à vida escolástica, que a autorreflexão crítica da filosofia moderna deve inserir, no seu ciclo hermenêutico, a reflexão, cientificamente controlada, da sociologia, pois assumimos, como ponto de partida, que a reflexão filosófica precisa *também* de outros meios além dos filosóficos para realizar-se como filosofia. Recusando-se a seguir a via

perigosa da reflexão sociológica, a filosofia, em nome de palavras-passe tais como “razão”, “reflexividade”, “livre pensamento”, dentre outras, poderá apenas reproduzir, colocando-os à sombra projetada por seus próprios ídolos, processos irracionais de pensamento, formas irrefletidas e ilegítimas da tradição e grilhões sistêmicos que impedem as flores de um efetivo devir filosófico do mundo brotarem.

Por causa disso, entendemos, com Habermas, que, com o esgotamento da tradição da grande filosofia – o que não é, para muitos de nós, ao contrário do que Habermas pensa, um esgotamento da própria metafísica –, esgotamento este que, diga-se de passagem, é correlato às próprias mudanças estruturais das sociedades modernas, a filosofia somente pode seguir suas tarefas caso se torne crítica e autocrítica, expondo-se ao mesmo processo de esclarecimento que foi imposto a todos. E para tanto, assim acreditamos, ela poderia assumir um papel colaborativo, horizontalizante e não exclusivista, trabalhando na interface com as ciências humanas. Pois, sim, há questões filosóficas dentro da sociologia que a filosofia fará por bem nos esclarecer. Mas, sim também, há questões sociológicas dentro da filosofia que a sociologia também é capaz de esclarecer. É neste espírito de colaboração, de apoio mútuo e de troca de perspectivas, que o *Sociofilo* opera; e não é por acaso que nossos encontros de pesquisa foram batizadas com o simpático título de “colaboratório”.

Valendo o dito para os filósofos empedernidos em manter-se afastados das águas turvas dos acontecimentos e da empiria, algo também poderia ser dito com relação a certas correntes da sociologia. Afinal, não nos vemos mais na obrigação de defendermo-nos da acusação sempre pronta a julgar os trabalhos mais teóricos ou mesmo mais dispostos a contornar os pontos cegos das pesquisas sociológicas. Não somos idealistas sem

Cadernos do Sociofilo

ideal, nem, muito menos, materialistas sem material. Para aqueles que poderiam nos chamar de teóricos teoréticos, o melhor que temos a oferecer é o nosso esforço sistemático e contínuo demandado em prol do esclarecimento conceitual, ético, normativo, epistemológico e também ontológico que norteiam as pesquisas sociológicas - mesmo aquelas levadas adiante pelo mais positivista dos analistas. Afinal, mesmo para aqueles que gostam de acreditar que basta torturar os dados para que eles revelem os seus segredos mais ocultos, é sempre bom lembrar, seguindo Kant, que sem as perguntas interessantes todas as respostas seriam abjetas.

É claro que não somos ingênuos o bastante - embora poderíamos desejar sê-lo, sem havermos de nos culpar por isso - para acreditar que ao explorar tais relações imediatamente nos coloquemos no patamar de jovens filósofos, iluminados por entre musas e semi-deuses. Nada poderia ser mais distante dos nossos objetivos. Ao pretender levar a sociologia adiante por outros meios - e vice-versa - pretendemos apenas não nos deixar capturar pelos limites estreitos que, se cabem bem na estruturação dos departamentos, têm se mostrado de pouca serventia quando utilizados como balizas e diques para o pensamento. Entendemos, sim, que foi necessário para a sociologia - quando do seu surgimento e positivação no cenário intelectual da Europa do final do século XIX e início do XX - marcar posição diante das outras disciplinas, traçando os seus métodos mais próprios, assim como delimitando o seu objeto. É dessa maneira que vemos Durkheim, nos últimos parágrafos das Regras do Método Sociológico, afirmar que essa nova ciência emergente, isto é a sociologia, é completamente independente de toda e qualquer filosofia. Afinal, se a nova ciência da sociedade pretendia encontrar um lugar ao sol nessa tão povoada enseada, repleta de guarda-sóis departamentalizados nos mais

fragmentados e especializados campos de saber, fazia-se necessário mostrar aos demais postulantes ao domínio científico que tal ciência gozava de um estatuto próprio, aparelhada pelos seus métodos particulares para dar conta do seu mais recôndito objeto. Tratava-se então de uma questão de sobrevivência científica e institucional. Afinal, tratando dos seres viventes em sociedade, sobretudo no seu aspecto moral, como não deixar-se capturar pela biologia ou mesmo pela metafísica?

Contudo, a mesma questão de sobrevivência parece conduzir, hoje, o pensamento sociológico para o lado oposto da balança. Aquilo que outrora foi permitido e até mesmo encorajado através da descoberta/invenção dessa realidade *sui generis* chamada sociedade – e conduziu o pensamento sociológico para uma espécie de feudalização teórico/metodológica – hoje, em tempos onde se afirma, com certo exagero, a inexistência de qualquer sociedade, ou ao menos aquelas mais duradouras, faz-se mais do que necessário abrirmos o nosso campo (e o nosso pensamento) para devires oriundos de outras áreas.

Por isso, não se trata, aqui, apenas de sobrevivência institucional – como se pudéssemos manter a sociologia respirando por aparelhos. Antes, tal investimento se justifica e se autoriza justamente por acreditar-se que o fazer sociológico muito pode contribuir para refletir e responder criticamente sobre os desafios do tempo presente, disposta a ajudar-nos a sair da cegueira, muitas vezes interessada, diante de um tempo que nega-se a mostrar a sua face. Pois, enfim, se a sociologia, assim como as demais ciências humanas apresentam hoje, mais a mais, as suas aporias, então mãos à obra antes que algum fio de espada oportunista se assanhe para desatar o nó górdio do contemporâneo.

Para fazê-lo, contudo, parece-nos fundamental buscar novos caminhos para a teoria social. É nessa intenção que tensionamos as fronteiras do pensamento sociológico e apresentamos

Cadernos do Sociofilo

mais uma edição dos Cadernos do Sociofilo disposto a sondar os aportes da filosofia naquilo que viceja de mais sociológico.

Para tanto, abrimos o volume com um texto de Marcelo de Oliveira sobre a *Dialética Negativa* de Theodor Adorno. Embora o texto dedique-se ao menos sociológico – talvez comparado, nesse quesito, à Teoria Estética – dos textos de Adorno, a preocupação de Marcelo de Oliveira não é outro senão sondar os aportes de Adorno com respeito ao desenvolvimento de uma sociologia articulada nos termos da diferença. Seguindo de perto a crítica do “sóciofilósofo” da Escola de Frankfurt aos postulados identitários que regem a produção conceitual para além dos limites do meramente lógico – isto é, com todos os seus desdobramentos no campo da sociedade, da política e por que não da história – o objetivo de Oliveira é encontrar na filosofia do não-idêntico, encabeçada por Adorno, os princípios geradores de uma sociologia aberta para a questão da diferença. Dessa maneira, o autor passa pelo crivo a crítica habermasiana de Adorno de modo a resgatar os pontos negligenciados por Habermas quando da sua leitura do projeto adorniano na *Teoria do Agir Comunicativo* e no *Discurso Filosófico da Modernidade*. Segundo Oliveira, embora a crítica habermasiana tenha razão de ser, sobretudo ao questionar os fundamentos de um criticismo social que não se furta a postular a impossibilidade de qualquer crítica em uma sociedade totalmente reificada, Habermas acabaria exagerando na acusação de aporia e, com isso, perdendo de vista o princípio que permitiu a Adorno desenvolver a sua crítica da racionalidade instrumental e da sociedade totalmente administrada. Podemos dizer que Oliveira tem em vista mostrar que, se Habermas abre a festejada via de uma teoria social fundada no paradigma comunicativo em que a sociologia se torna a legítima herdeira e testamentária da problemática filosófica da razão, ele fecha, pela mesma razão, o devir, mais pro-

fícuo ainda, na opinião do autor, de uma teoria social fundada numa filosofia da expressão e numa lógica do não-idêntico, que fosse sensível aos murmúrios do não-dito-ainda, do silenciado e do que é inexprimível para além do *logos* manifesto na linguagem cotidiana. Se Habermas segue o caminho kantiano de uma análise das *intentio obliqua* que nos livrou da *intentio recta* realista, Oliveira nos faz ver que a dialética negativa nos oferta uma *intentio obliqua da intentio obliqua*, que mostra o preço a ser pago pela vontade de objetividade científica, que somente ganha numa mão o fato social “como se fosse uma coisa”, caso se lance fora, pela outra mão, o momento *coisal* e do inteiramente outro da reflexão. Estes somente estão disponíveis à abertura de um pensamento não-identificante. Isso não é uma questão apenas filosófica, pois, ao interpelar a sociologia no que ela tem de enteresouramento das teses do pensamento identificante e no que ela investe do movimento circular da reificação para esconjurar da natureza do *socius* tudo aquilo que lhe causa medo, Oliveira não opta por um narcisismo esteticizante para bem longe de qualquer aroma de ciência sociológica. Ao contrário, ele deriva da crítica adorniana um projeto de “sociologia do não-idêntico”, como pretensões talvez, para falar de forma polemizadora, de “mais cientificidade”, abrindo à frente para o sociólogo uma fenomenologia de espaços do mundo da vida que escapam à racionalidade formal e instrumental e que, sendo heterogêneos, somente são captados pelo princípio do não idêntico: baluarte da mimese e da formulação conceitual constelativa.

Dando sequência à nossa publicação, seguimos com um texto de Igor Peres sobre o pensamento, ou as heresias de Louis Althusser. Dotado de uma escrita nervosa e sempre disposta a contornar as minúcias da argumentação filosófica, o texto de Igor Peres traz uma riquíssima reflexão sobre o autor da teoria

Cadernos do Sociofilo

dos aparelhos. Lendo o texto de Peres somos levados diretamente a um outro patamar argumentativo e por vezes temos a impressão de nos vermos diante de um “novo Althusser”. De modo não menos surpreendente somos levados de uma teoria estruturalista vacilante, que critica Althusser a partir do próprio Althusser, mostrando o que há de aporético na resolução althusseriana de conceituar a estrutura a partir da categoria de totalidade, no que lhe exige ir às últimas consequências em seu próprio pensamento, assumindo o *point d'héresie* emergente e seguindo a bifurcação rumo a uma forma de pensamento capaz de se engajar com a constituição diversa, complexa e sempre contingente da estrutura do real. O estruturalismo do Althusser peresiano está sempre preocupado a encontrar as determinações primeiras – ao menos em última instância – a uma teoria combinatória completamente aberta ao devir e, por isso mesmo, sustentada pelas contingências. Assim como Oliveira, suas reflexões apelam por uma “lógica do diverso ou do heterogêneo”, que, liberta das categorias de totalidade e dos princípios dialéticos de identidade e contradição, seja capaz de produzir, não totalizações, mas sim um pensamento da *distribuição* de atributos infinitos, a sua soma, as suas semelhanças e diferenças, suas composições e decomposições. Se antes Adorno adentrava a cena com Oliveira, agora é Deleuze quem pede passagem e conduz Althusser por uma linha de fuga. O volume dos *Cadernos* começa a ganhar assim uma estrutura, mas ela não nos foi dada previamente. Ela se deu, para usar as palavras de Peres, *qua conjuntura*!

Dando sequência, temos um artigo de Rodrigo Vieira de Assis disposto a aprofundar as tensões que são exploradas nesse volume – entre a sociologia e a filosofia – adicionando um terceiro termo nessa nossa equação, a saber, a poesia. Com uma argumentação elegante, Assis é capaz de desdobrar em poucas

linhas temas tão intrincados como podem ser aqueles que se referem à condição humana. De Aristóteles a Hannah Arendt, passando por Marx, Merleau-Ponty e pelo melhor da tradição sociológica, de Durkheim a Bourdieu, Assis abre sua reflexão a partir de um pequeno poema de Manuel Bandeira. Tendo como objetivo desenvolver as notas para uma sociofenomenologia da percepção, Assis se utiliza do poema para conjecturar sobre as conformidades entre a lógica e a ontologia. Mostrando que as categorias do entendimento, por serem socialmente engendradas produzem um consenso mínimo entre subjetividades e objetividades, Rodrigo de Assis avança na temática durkheimiana do conformismo lógico para mostrar, entre outras, o caráter socialmente fundado da percepção. Indo além daquilo que seria o meramente sociológico, Assis avança na senda da antropologia filosófica – ao menos daquela que pode ser depreendida dos textos do jovem Marx – para, com uma pitada de filosofia política arendtiana, nos convidar a aspirar pelo dia em que “a vida coletiva possa ser o que pensam idealmente que ela é”.

Já o texto de Gabriel Peters sobre a criatividade, que dá sequência a essa publicação, reitera o caráter de continuidade que se pretende estabelecer entre esse volume e a edição anterior também dedicada às relações entre a filosofia e a sociologia. Se ali tivemos a primeira via para o sublime, nessa nova publicação contamos com a segunda. Dotado de uma escrita mais do que irreverente – típica daqueles que abandonaram a hiperfortificação para, sem mais, numa espécie de lampejo que oscila entre a irreverência e a genialidade (seria tentado a afirmar o segundo, embora suspeitando do riso do próprio Peters), tirar as máscaras e começar a dançar, ainda que textualmente – Gabriel Peters nos brinda com um ensaio bastante assistemático onde persegue aquilo que poderia ser considerado como os pilares de uma sociologia da criatividade, ou melhor, da geniali-

Cadernos do Sociofilo

dade. Rompendo de vez com qualquer feudalização teórico-metodológica, Peters transita entre a psicologia, a sociologia, a filosofia e a crítica literária para pontuar as balizas da criação mesmo que concluindo pelo impontuável. Assim, vemos uma sociologia bastante ensaística que, numa espécie de paráfrase de si mesma, prefere conceber a si mesma como pequena teoria, antes de se portar como grande comentário.

Por fim, temos o escrito de André Magnelli, que escreve o texto que mais se vincula, dentre todos, a uma temática propriamente política. Magnelli procura desenvolver a fortuna histórica daquilo que ele chama de “figurações do político”, tematizando diretamente quais seriam os desdobramentos do pensamento (pós-)revolucionário, nos devires (e nas soluções em que podem aportar) das crises políticas contemporâneas. Ele recua para um ponto anterior no tempo ao nascimento da sociologia, mas não sem analisar os conceitos, tais como os de “soberania”, “liberalismo” e “revolução”, que se farão presentes no discurso sociológico, dos pais fundadores até a sociologia contemporânea. Se a sociologia deve ser uma “ontologia do tempo presente”, isso não quer dizer que ela deva perder de vista a perspectiva histórica; é o contrário disso que é verdade. É por termos questões que nos desafiam hoje que nos voltamos à história, interpelando-a no que foi capaz de inventar e do que foi capaz de excluir, a fim de sabermos, afinal, a que fomos e somos levados, o que pode ser desinventado e denunciado na sua artificialidade ou perigo, e, também, o que pode ser reinventado ou advir pois que repleto ainda, ou já, de promessa de uma bela vida. Magnelli faz assim um ensaio de uma “genealogia das figurações do político”, visto como um modo de trazer à luz os dispositivos conceituais e os anseios metafísicos presentes nos discursos políticos. Num ensaio que comete o risco argumentativo de estender-se analiticamente à revelia dos imperativos da

brevidade, com a possível consequência de ser punido por uma não leitura, Magnelli resiste às facilidades de seguir uma cadeia de discursos já dados sobre *o político*, tanto a proposta liberal *restritamente* compreendida à luz do neoliberalismo econômico de um mundo pós-revolucionário que reduz o político às instituições políticas, quanto as igualmente tentadoras perspectivas, presentes ainda em fatias significativas do pensamento de esquerda, de seguir irrefletidamente e sem perspectiva histórica um dispositivo conceitual montado em torno da ideia de revolução, no que desconsidera a metafísica secularizada que lhe é interna, que remonta a uma laicização da ideia medieva de soberania, bem como mantém-se cega aos potenciais totalitários que, malgrado os valores democráticos que podem ser atrelados a ela, tem potencialmente (e tiveram historicamente) efeitos perversos bem distantes da esperança e do sentimento moral que intuía e anteviam. Ele traz à baila o “retorno do recalçado do liberalismo político”, numa utilização da feliz expressão de Marcel Gauchet, ao mostrar que, para além das remissivas ao totalitarismo, os desafios do contemporâneo clamam pelo resgate do político das amarras da política, numa retomada de reflexão do pensamento sedimentado em torno da problemática da revolução. Magnelli lança o desafio de pensar uma democracia radical, pós-totalitária, num compromisso no qual a política já é ontologia e vice-versa.

Encerramos nossa edição - na forma de um pensamento do político e com um espírito de dádiva -, disponibilizando a tradução de um pequeno artigo de Alain Caillé sobre as relações entre o político e o religioso. Se toda ontologia é política, como dissemos, todo o social se institui simbolicamente numa decisão, plena de arbitrariedade, pois que sem fundamento último em razão, de dispor-se a um dom, pelo qual se torna possível tanto tecer laços de autêntica amizade e amor, quanto de

Cadernos do Sociofilo

transmutar possíveis inimigos de guerra em rivais que lutam pelo reconhecimento num jogo agonístico e pleno de intensidade vital. Pela assunção da ambiguidade da dádiva, deflagramos o quanto a confiança, a liberdade, a criação, a paz e a abundância de vida do *conviver* são construídos pelo trabalho ininterrupto de transformar encontros, muitas vezes (o quanto!) conflituosos, em uma potência em comum, resistindo aos anseios apolíneos de eliminação do conflito pela redução da multiplicidade à ordem da soberania e pela contenção das forças por formações incapazes de desformarem-se e reformarem-se.

Afinal, como Magnelli nos lembra, o desafio consiste em afirmar a potência do múltiplo sem a captura do Uno. Mãos à obra!